

Art. 3.º São autorizadas no Orçamento Geral do Estado em execução as seguintes alterações à redacção das epígrafes adiante mencionadas :

Orçamento das receitas do Estado

Aditar a seguinte expressão à epígrafe do artigo 276.º :

«... e com o decreto-lei n.º 35:148».

Ministério das Obras Públicas e Comunicações

Rectificar a rubrica do n.º 1) do artigo 79.º, capítulo 3.º, como segue :

«Para pagamento das despesas de construção de casas económicas, incluindo pessoal e material, por contrapartida da entrega de igual quantia em receita do Estado (decretos-leis n.ºs 22:909, de 31 de Julho de 1933, 23:052, de 23 de Setembro de 1933, 28:912, de 12 de Agosto de 1933, 33:278, de 24 de Novembro de 1943, 34:512, de 19 de Abril de 1945, e 35:602, de 17 de Abril de 1946».

Rectificar a rubrica do artigo 188.º, capítulo 27.º, subordinando a este uma designação própria, como segue :

Capítulo 27.º — Material sobranter do Aeródromo de Santa Maria :

Artigo 188.º «Para pagamento de todas as despesas que resultam da execução do decreto-lei n.º 35:148, de 20 de Novembro de 1945».

Estes créditos foram registados na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caetano da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 35:796

Considerando que foram adjudicadas as obras de conservação, reparação e melhoramentos na Imprensa Nacional (2.ª fase) ao empreiteiro Fernando da Silva Bandeira;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de trezentos dias, que abrange parte do ano económico de 1946 e do de 1947;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte :

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar o contrato com Fernando da Silva Bandeira para a execução das obras

de conservação, reparação e melhoramentos na Imprensa Nacional (2.ª fase), pela importância de 521.500\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 250.000\$ no corrente ano e 271.500\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1947.

Art. 3.º Fica revogado o decreto n.º 35:738, de 5 de Julho de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancellata de Abreu.

Administração Geral do Porto de Lisboa

Por deliberação do conselho de administração de 7 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea d) «Pontes», do n.º 1) «De imóveis», do artigo 7.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», da classe «Despesas com o material» na importância de 120.000\$, a sair da verba da alínea e) «Portos» dos mesmos número, artigo e classe do orçamento privativo de despesas desta Administração Geral em vigor no actual ano económico.

Administração Geral do Porto de Lisboa, 9 de Agosto de 1946. — O Administrador Geral, Salvador de Sá Noqueira.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fomento Colonial

Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação

Portaria n.º 11:449

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, tendo em vista o disposto no § 2.º do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, que seja publicado no *Boletim Oficial* de todas as colónias, para nelas ter execução, o decreto n.º 35:505, de 15 de Fevereiro de 1946.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 10 de Agosto de 1946. — O Ministro das Colónias, Marcello José das Neves Alves Caetano.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Repartição das Corporações e Associações Agrícolas

Portaria n.º 11:450

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, ao abrigo do disposto no artigo 8.º